MAmb - Of. N.:5242
Data:03-09-2018
48.07.01.01.d) PS

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º 2773	13-07-2018		

ASSUNTO: Pergunta n.º 3033/XIII/3.ª, de 13 de julho de 2018
Megasa, SA (Ex Siderurgia) - Seixal - Respostas a problemas ambientais e de qualidade de vida

Cara Marina Gonçalves,

Em resposta à Pergunta n.º 3033/XIII/3.ª, de 13 de julho de 2018, formulada pelas Senhoras Deputadas Eurídice Pereira, Ana Catarina Mendonça Mendes, Catarina Marcelino e Sofia Araújo, e pelos Senhores Deputados Paulo Trigo Pereira, Ivan Gonçalves e André Pinotes Batista, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1) A nova central de oxigénio encontrava-se, em dezembro último, em testes, prevendo-se que o seu funcionamento normal ocorresse no 1º quadrimestre de 2018. Tal previsão ocorreu? Já foi feita, entretanto, nova avaliação ao ruído para apurar se a substituição da central de gases industriais resolveu o problema?

De acordo com a Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), Entidade Coordenadora do Licenciamento, a nova central de oxigénio começou a laborar no passado dia 27 de fevereiro.

Quanto à nova avaliação de ruído, a mesma ficou de ser realizada aquando da paragem da instalação para manutenção, que ocorrerá durante este verão. O envio do respetivo relatório será remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), via entidade coordenadora, até outubro de 2018.

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

2) Prevista estava também a instalação de uma nova unidade de monitorização da qualidade do ar em Paio Pires? Como se encontra esse assunto?

A avaliação da qualidade do ar ambiente em Portugal assenta na delimitação do território nacional em unidades funcionais de gestão e avaliação da qualidade do ar, de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 102/2010, na sua redação atual.

De acordo com este regime de avaliação, para a região de Lisboa e Vale do Tejo estão definidas 4 zonas homogéneas, uma delas a aglomeração da "Área Metropolitana de Lisboa Sul". A avaliação da qualidade do ar na região é efetuada através de um conjunto de estações de monitorização localizadas em cada uma destas zonas.

Na aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Sul, a qualidade do ar é avaliada com base nas medições efetuadas em 5 estações da rede monitorização da qualidade do ar da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), incluindo uma localizada no concelho do Seixal (Paio Pires).

A CCDR-LVT considera que os resultados da estação de monitorização de qualidade do ar (EMQA) de Paio Pires são representativos da qualidade do ar existente na sua zona próxima. Assim, considera-se que a influência da atividade da MEGASA (ex-Siderurgia Nacional) Seixal na qualidade do ar é bem representada pelos resultados obtidos na EMQA de Paio Pires.

Acresce referir que, para além das redes e estações de medição geridas pelas CCDR e pela APA, podem existir redes e estações de medição geridas por outras entidades, públicas ou privadas, designadamente municípios, as quais são designadas por redes privadas.

No Decreto-Lei n.º 102/2010 são estabelecidos objetivos e requisitos de qualidade dos dados para as estações destas redes, cuja colocação é exigida em cumprimento de condições impostas no âmbito do procedimento de licenciamento de uma instalação que lhe esteja associada. Na região de Lisboa e Vale do Tejo estão atualmente em funcionamento 6 redes privadas, que se encontram associadas ao funcionamento de um conjunto de unidades industriais.

A CCDR-LVT conheceu atrasos no procedimento tendente à modernização da rede de qualidade do ar, o que limita a possibilidade de concretizar o alargamento dos locais da rede na região na presente data. Adite-se que este investimento é financiado pelo Fundo Ambiental.

3) Foi referido pelo Ministério do Ambiente que incluiu-se no processo de renovação da licença, em curso desde fevereiro de 2017, exigências para o acondicionamento e armazenamento das escórias (ASIC) e definiu-se regras de boas práticas. Foram implementadas estas determinações? Em que termos?

Por convocatória da entidade coordenadora de licenciamento da instalação da MEGASA (ex-Siderurgia Nacional) no Seixal (IAPMEI), a APA e a CCDR-LVT participaram numa vistoria ainda em dezembro de 2017. Durante a vistoria, constatou-se uma diminuição significativa do ASIC armazenado na instalação, facto já reportado pela MEGASA.

Ainda de acordo com a APA e a CCDR-LVT, o operador tem também demonstrado evidências das boas práticas mencionadas na Licença Ambiental (LA), nomeadamente intensificação da rega de ASIC e limpeza e manutenção das vias de circulação e pavimentos.

Com os melhores cumprimentos, também pessoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

BL/JP

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt